

Inflação já deu o sinal em janeiro

Índices de SP e Rio dobraram no mês passado. Previsão é de taxa de até 12% este ano

Cristina Palmeira, Cristina Canas, Marcelo Rehder, Sueli Campo e Flávia Oliveira

SÃO PAULO e RIO

A pesar de os impactos da desvalorização cambial ainda não terem sido captados pelos índices de preços, a inflação subiu em janeiro tanto no Rio quanto em São Paulo. Ontem, o Dieese divulgou que o Índice do Custo de Vida (ICV) ficou em 1,38% no mês passado. Foi o pior resultado desde janeiro de 1997, quando a inflação paulista chegou a 2,12%. A taxa dobrou em relação ao 0,70% registrado em janeiro do ano passado. E a diferença é ainda mais expressiva quando se considera o ICV de 0,15% registrado em dezembro de 1998. No Rio, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a inflação de janeiro ficou em 0,65%, contra 0,31% em dezembro.

Impacto deve ser maior nos índices dos meses de fevereiro e março

O vestuário apresentou aumento de 1,18% no mês passado no Rio, contra queda de 6,44% em todo o ano de 1998. E os alimentos também forçaram a inflação do início do ano, especialmente as hortaliças e legumes, que subiram 4,6%, e as frutas, com 7,3% de reajuste.

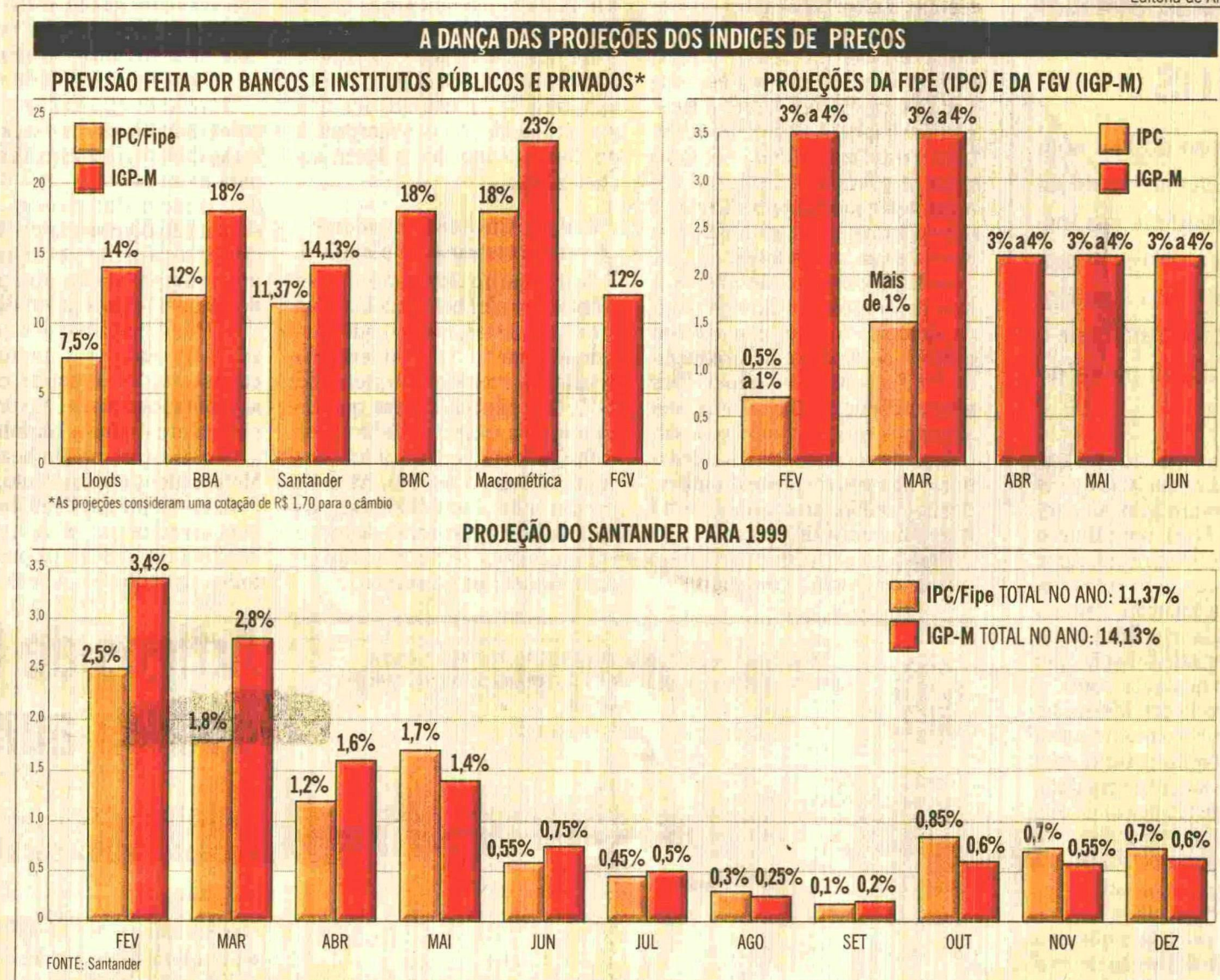
Apesar dos aumentos observados em janeiro, os especialistas prevêem que as remarcações de preços serão captadas mais intensamente pelos índices de inflação de fevereiro e março. O economista Paulo Sidney de Melo Cota, chefe do Centro de Estudos de Preços da FGV, calcula que o Índice Geral de Preços (IGP-DI) ficará entre 3% e 4% ao mês nesses dois meses:

— Devemos ter uma bolha de aumentos de preços que vai pesar bastante em fevereiro e março e um pouco em abril. Depois disso, os preços tendem a se estabilizar ou mesmo a cair, porque a recessão vai dificultar a indexação.

Institutos de pesquisas e bancos já estão refazendo previsões

Institutos de pesquisas e bancos já estão refazendo suas projeções para o ano. O mercado passou a apostar numa taxa ao consumidor de até 12% este ano, contra 7% a 8%, em média, antes. As estimativas vêm da Fipe e de bancos como Santander, BBA e Lloyds. Em índices que captam de alguma forma o comportamento dos preços no atacado, como o IGP-M, a inflação deve ser mais alta. Pode chegar a 18%, segundo previsão do economista Marcelo Allain do BMC.

Em todos os estudos, a avaliação é de que a inflação será pontual: vai se concentrar no primeiro semestre e se esgotará quando o repasse da desvalorização para os preços estiver completo. Passado esse efeito, os preços tendem a se acomodar. Segundo os analistas, a recessão vai reduzir o poder de compra



dos trabalhadores e o consumo, por tabela, vai cair. Com vendas em queda, indústria e varejo não terão como continuar reajustando suas tabelas.

— O grosso da inflação do ano acontecerá nos próximos três ou quatro meses — diz Alexandre Ázara, economista do BBA.

— Depois de passado o impacto do câmbio na inflação, que ocorrerá duran-

te o primeiro semestre, a recessão fará os preços retrocederem — acrescenta Luciana Fagundes, economista do Lloyds Bank.

Para Dany Rappaport, economista do Banco Santander, a inflação estará completamente controlada a partir do terceiro trimestre do ano. Já a Fipe está esperando 10% de inflação só no primeiro semestre. A economista do Lloyds Bank

acredita que o primeiro semestre concentrará cerca de 80% de toda a inflação anual. Considerando sua estimativa de 7,5% até dezembro, isso significaria um IPC acumulado de 6% no primeiro semestre. O restante, 1,5%, ficaria diluído nos últimos seis meses de 1999.

Segundo Luciana, a capacidade de o consumidor aceitar o repasse dos aumentos provocados pela desvaloriza-

ção vai começar a ser medida já nos levantamentos de preços das próximas semanas. Para o consultor de finanças pessoais Marcos Silvestre, da Forex-Centro Brasileiro de Orientação de Finanças Pessoais, os aumentos especulativos vão testar o consumidor que deve se recusar a aceitá-los.

O presidente da Fipe, Juarez Rizzieri, acredita que os consumidores terão os grandes varejistas como aliados na luta contra os aumentos:

— As grandes redes de varejo não gostam de se apresentar como as vilãs da inflação, o que se teria se elas se limitassem a repassar os reajustes.

Dieese também considera que recessão vai impedir altas exageradas

Até o início desta semana, a Fipe estimava uma inflação de 7% para este ano, com base numa desvalorização de 25%. A entidade alterou suas projeções. Considerando uma desvalorização de 35%, a inflação medida em São Paulo pularia para até 12%. O maior impacto seria sentido entre abril e junho, com taxas mensais de 2% a 2,5%. Para Luciana, do Lloyds, a maior pressão nas taxas de inflação será dada por commodities agrícolas ou produtos que têm o preço formado pelo mercado internacional: trigo, milho, soja, café e açúcar. Também terão peso importante matérias-primas químicas importadas que elevarão o custo de produção, por exemplo, de produtos de higiene e limpeza.

O Dieese concorda com as avaliações de que a recessão vai brecar altas exageradas de preços, mas o órgão vai na contramão do mercado, ao prever que o índice acumulado no ano vai cair. Até a semana passada, o Dieese previa inflação de 6%.

Governo autoriza aumento escalonado dos remédios

O Governo autorizou ontem o aumento escalonado dos preços dos remédios para a indústria farmacêutica, a partir de março. As empresas poderão repassar a alta de custos causado pela valorização do dólar, de forma gradual, nos meses de março, abril e maio. Para isso, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae) assinou um acordo com a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) estabelecendo uma cotação do dólar que será usada para calcular o repasse. Em março, os insumos importados usados na produção dos remédios serão convertidos em reais pela taxa de R\$ 1,36; em abril, de R\$ 1,52; e em maio, de R\$ 1,70. Assim, o maior impacto do aumento de preços dos remédios na inflação será em maio. ■

• GOVERNO AVISA QUE NÃO REDUZIRÁ IPI SE MONTADORAS AUMENTAREM SEUS PREÇOS, na página 22